

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.135 - RS (2019/0301877-6)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : NEREU LIMA E OUTROS
ADVOGADOS : NEREU LIMA - RS005315
NEREU LIMA FILHO - RS069706
CRISTIANO KRUEL BORGES MACHADO - RS091083
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : JORGE LUIZ GARCEZ DE SOUZA
PACIENTE : ELISABETE SCHNEIDER

DECISÃO

JORGE LUIZ GARCEZ DE SOUZA e ELISABETE SCHNEIDER alegam sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal Regional Federal da 4ª Região** na Apelação n. 5003162-39.2015.4.04.7114/RS.

Consta dos autos que os réus foram condenados a 1 ano e 8 meses de reclusão mais multa e 1 ano e 4 meses de reclusão mais multa, respectivamente, em regime aberto, como incursos nos arts. 171, § 3º, do Código Penal. As penas privativas de liberdade foram substituídas por restritivas de direitos.

Ao julgar as apelações interpostas, o Tribunal de origem determinou (fl. 1.094): "Com o esgotamento da jurisdição ordinária desta Corte, deve a Secretaria realizar a imediata comunicação ao Juízo de origem, para a formação do processo de execução provisória das penas impostas aos réus condenados".

Neste *writ*, a defesa sustenta que a jurisprudência do STJ faz distinção entre beneficiários e fraudadores no cálculo prescricional do delito de estelionato previdenciário. Nessa extensão, pondera que, em virtude de o delito haver sido cometido em benefício alheio, o cálculo da prescrição tem início a partir do pagamento da primeira parcela do benefício, situação que evidencia a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal. Também, asseverar ser ilegal a determinação de execução imediata das penas restritivas de direitos.

Requer, inclusive liminarmente, o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição e a suspensão da determinação da execução provisória das penas restritivas de direitos.

Superior Tribunal de Justiça

Decido.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, percebo que as questões relativas à **prescrição da pretensão punitiva estatal demandam o exame acurado dos autos**, providência inadequada para este momento processual.

Todavia, identifico manifesto constrangimento ilegal, no tocante à execução antecipada das penas restritivas de direitos, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Embora a Sexta Turma – e, em particular, este relator – entendesse de maneira distinta (v.g. **AgRg no RCD no RHC n. 72.597/DF**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, DJe 8/5/2017 e **HC n. 380.104/AM**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 22/2/2017), a questão foi submetida recentemente à análise da Terceira Seção (**EResp n. 1.619.087/SC**, julgado em 14/6/2017), oportunidade em que **ficou assentado não ser possível a execução provisória de pena privativa de liberdade convertida em restritiva de direitos**.

A compreensão manifestada no citado **EResp n. 1.619.087/SC** foi reafirmada pela Terceira Seção deste Superior Tribunal em 24/10/2018, no julgamento do **AgRg no HC n. 435.092/SP** (Rel. Ministro **Rogério Schietti**, Rel. p/ acórdão Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**).

Assim, com a ressalva de meu entendimento em sentido contrário, uma vez que, no caso, **houve a substituição da pena privativa de liberdade por duas medidas restritivas de direito**, não se afigura possível a execução antes do trânsito em julgado da condenação.

À vista do exposto, **defiro a liminar**, para que seja **sobrestada a execução provisória** imposta aos insurgentes no processo da origem, até o seu trânsito em julgado ou o julgamento do mérito deste *writ*, o que ocorrer primeiro.

Comunique-se esta decisão, com urgência, ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

